



EIXO 3: POLÍTICAS CURRICULARES, AVALIAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ÂMBITO LOCAL, NACIONAL, REGIONAL E GLOBAL

POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA E RESPONSABILIZAÇÃO EDUCACIONAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO SAEB 2023

Anderson Gonçalves Costa

IFCE

anderson.costa@ifce.edu.br

Eloisa Maia Vidal

UECE

eloisamvidal@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho, de abordagem quanti-qualitativa, tem como objetivo analisar dados sobre a relação entre a avaliação externa e a responsabilização educacional na gestão educacional dos municípios brasileiros, a partir das respostas dos secretários municipais de educação ao questionário do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicado em 2023. No Saeb 2023, dos 5.568 questionários aplicados aos secretários municipais de educação, disponibilizados em forma de microdados no site no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2025), 5.001 foram respondidos total ou parcialmente, e 567 constam como não-preenchidos. Os dados foram analisados com uso de estatística descritiva e expressos em percentuais, para melhor compreensão. Foram selecionadas as questões que tratam de avaliação externa e responsabilização educacional - Q023; Q024; Q139; Q141; Q144; Q149; Q51; Q152, sendo considerado os itens associados aos usos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). No Brasil, as avaliações externas da educação vêm sendo utilizadas como instrumento de gestão educacional, e seus usos têm servido para reorientar as políticas públicas, muitas vezes, distanciando-se dos objetivos pedagógicos a que originalmente deveriam servir, especialmente quando associados à responsabilização educacional. Esta última é compreendida como dispositivo que busca incidir sobre o trabalho desenvolvido pelas escolas e seus profissionais, seja por meio de repercussões simbólicas — como a divulgação de *rankings* —, seja por consequências materiais — como a concessão de

prêmios, bônus ou diferentes tipos de sanções —, com base nos resultados das avaliações externas formuladas pela União, pelos estados ou pelos próprios municípios. No Saeb 2023, os secretários municipais foram questionados sobre se as avaliações orientam o que deve ser ensinado na rede municipal, 67,1% (n=3.339) dos respondentes concordaram que as avaliações direcionam o que é ensinado nos municípios e 25,2% (n=1253) concordaram fortemente, totalizando 92% daqueles que afirmaram que as avaliações externas possuem papel determinante naquilo que deve ser ensinado. Quando os secretários de educação foram perguntados se as avaliações externas têm ajudado a melhorar o processo de ensino e aprendizagem, 94,7% (n=4.716) dos respondentes, as avaliações externas contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, e apenas 5,3% (n=264) discordam ou discordam fortemente dessa afirmativa. Quando perguntados se utilizavam o desempenho dos alunos nas avaliações externas como critério para progressão ou promoção nos planos de carreira dos professores, 12% (n=536) dos secretários responderam que sim, e 88% (n=4.795), não. Perguntados se a SME utiliza os resultados do Ideb, 97% (n=4.795) responderam sim, e apenas 3% (n=163) afirmaram não utilizar, o que denota a difusão desse indicador entre as municipalidades, consolidando-se como um instrumento de gestão da educação. Provavelmente, isso se deve, em grande parte, à sua vinculação a uma concepção de qualidade mensurável, de fácil compreensão, e ao fato de estar atrelado a um sistema de metas que impõe desafios às redes de ensino. Quanto à utilização do Ideb para premiar as escolas com melhores resultados, 35% (n=1.606) dos secretários afirmaram que o indicador tem “absoluta importância” para essa ação, enquanto 29% (n=1.335) disseram que o Ideb não tem importância nesse contexto. A premiação de escolas é uma estratégia típica das políticas de responsabilização educacional, voltada a recompensar o desempenho nas avaliações externas. Observa-se, nesse caso, que os municípios readéquam os objetivos do Ideb para atender a finalidades específicas definidas pelas redes de ensino. Sobre o pagamento de bonificação para professores, 38% (n=1.713) dos secretários afirmaram que o Ideb tem “absoluta importância” para o desenvolvimento dessa ação nos municípios, enquanto 37% (n=1.678) responderam que não utilizam o indicador para esse fim. A bonificação é uma forma de incentivo ao trabalho docente, fundamentada na justificativa de que conceder vantagens financeiras aos professores contribui para que trabalhem mais e melhor (Oliveira, 2010), aumentando a produtividade e, conseqüentemente, a



aprendizagem dos estudantes. Sobre o remanejamento de diretores escolares, 36% (n=1.601) dos secretários informaram que o Ideb tem “absoluta importância” para essa ação, enquanto 35% (n=1.572) afirmaram que o indicador não tem importância nesse contexto. De posse desses dados, é possível observar que o Ideb tem sido utilizado como instrumento de *responsabilização material* em um número considerável de municipalidades, o que confirma que as políticas de responsabilização adquirem características próprias quando implementadas nas unidades subnacionais. Isso se deve, sobretudo, à gestão mais direta e à maior proximidade com as instituições de ensino — configurando um encadeamento de ações que, em última instância, recai sobre a escola e seus profissionais (Costa; Vidal; Vieira, 2019). Os dados apresentados no trabalho confirmam o protagonismo que as avaliações externas vêm assumindo na condução das políticas educacionais nos municípios e evidenciam os diversos usos que os gestores educacionais fazem de seus resultados. É perceptível a redução da qualidade da educação — um conceito complexo e multifatorial — à medida de proficiência obtida pelos estudantes nos exames. Além disso, observa-se o estabelecimento de uma relação causal entre essa medida e os processos de ensino, o que leva à associação direta com a performatividade docente. Por fim, destaca-se a emergência de políticas de responsabilização que recaem sobre os gestores escolares e os professores, muitas vezes invertendo a hierarquia dos problemas que, de fato, impactam a educação municipal.

Palavras-Chave: *Accountability* educacional. Avaliação externa. Gestão municipal da educação.

Referência

COSTA, A. G.; VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L. Avaliação em larga escala no Brasil: entre a coordenação federativa e o ethos do Estado-avaliador. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 51, p. 1-29, e-15806, jan./mar. 2019